

FICHA TEMÁTICA

PAZ, SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO¹

Maio de 2015



Do que estamos a falar?

A Carta das Nações Unidas estabelece que os países devem resolver as suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo a que a paz e a segurança internacionais, bem como a justiça, não sejam ameaçadas. No entanto, o desrespeito pelos Direitos Humanos, o tráfico de pessoas, os conflitos armados e a violência estão a minar os esforços para acabar com a pobreza, a fragilizar a segurança mundial e os esforços de paz.

O fim da Guerra Fria e o atenuar de tensões entre dois blocos contribuiu para um ressurgimento de tensões internas e o aumento da instabilidade e do conflito em diversas partes do mundo, mas também permitiu que, a partir da década de 90, **a comunidade internacional tentasse responder de uma forma mais abrangente e multidimensional às diferentes situações de crise e conflito**. Estas resultam, na maior parte dos casos, de tensões internas vividas no seio das sociedades dos países afetados, em consequência de diversos fatores que incluem desde os baixos níveis de desenvolvimento de países denominados “frágeis”², elevados índices de desemprego jovem e falta de oportunidades económicas, tensões entre grupos que contestam o poder, disputas e rivalidades políticas, gestão inadequada dos recursos naturais e elevadas desigualdades sociais, entre outros.

As guerras e os conflitos assumiram uma maior expressão nos países considerados **Estados Frágeis e/ou pós-conflito**, embora com repercussões regionais e globais. Normalmente **estes países são caracterizados por uma grande fragilidade quer em termos institucionais quer de recursos humanos**, sendo muitas vezes incapazes de assegurar as funções básicas do Estado, desde assegurar o controlo total do território nacional, garantir segurança às populações, assegurar o acesso à justiça por parte dos cidadãos, prestar serviços básicos de saúde e educação, entre outros. Esta realidade traduz-se num distanciamento entre o Estado e a sociedade, que acaba por minar e por em causa a legitimidade das próprias autoridades nacionais e locais. As grandes desigualdades em muitos destes países (nomeadamente na repartição da riqueza), aliadas à fragilidade institucional do Estado, são geradores de tensões e de conflitos.

Quer o desenvolvimento quer a segurança são objetivos interdependentes e necessidades expressas das populações dos países frágeis e/ou em conflito. A necessidade de olhar para estas duas áreas de forma mais holística e integrada traduz o reconhecimento, por parte da comunidade internacional, de que existe uma **forte ligação entre paz, segurança e desenvolvimento**. Neste quadro, a cooperação para o desenvolvimento é essencial para reforçar instituições, promover a paz e a segurança, desenvolver capacidades e contribuir para um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo, tendo uma relevância ainda maior nestes países, onde é muitas vezes a principal fonte de financiamento do desenvolvimento.

¹ Foto: © EU-TM Somália.

² “Um Estado é frágil quando as estruturas estatais apresentam um défice de vontade política e/ou de capacidade de assegurar aos seus cidadãos as funções básicas necessárias à redução da pobreza, ao desenvolvimento e à salvaguarda da segurança e dos direitos humanos das suas populações.” (OCDE, 2008)

COMPROMISSOS INTERNACIONAIS



A **Carta das Nações Unidas** estabelece, logo no Art.1º, que um dos seus objetivos é “*Manter a paz e a segurança internacionais*”. As Nações Unidas têm sido um dos principais garantes da segurança global e promotores da segurança humana.

O **Relatório do Desenvolvimento Humano de 1994**, considerado um marco no campo da segurança humana, defende que libertar as pessoas do medo (“*freedom from fear*”) e da pobreza (“*freedom from want*”) é a melhor forma de combater a insegurança a nível global. A abordagem das Nações Unidas considera que muitas ameaças à paz e segurança mundiais são ameaçadas ligadas ao desenvolvimento – a fome, a pobreza, as desigualdades.

As Nações Unidas têm uma ação multifacetada de promoção da paz e segurança, em prol do desenvolvimento global. Tal pode ser exemplificado pela atuação no âmbito das [operações de manutenção da paz](#), no âmbito da [Comissão para a Construção da Paz](#) criada em 2006, ou em inúmeras ações que interligam a segurança e o desenvolvimento, como sejam programas de [Reforma do Setor de Segurança](#), ou programas de [Desarmamento, Desmobilização e Reintegração](#) de combatentes.

No âmbito da revisão da **Agenda Global para o Desenvolvimento**, que aprovará em Setembro de 2015 os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS para o pós-2015, está previsto um objetivo para “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”. **A justiça, a paz e segurança são serão assim integrados como objetivos de desenvolvimento.**



Na **Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico – OCDE**, foram aprovados em 2008 os [Princípios para uma Intervenção Eficaz em Estados e Situações de Fragilidade](#), subscritos por Portugal.



Em 2011 foi assinado em Busan o [New Deal para o Envolvimento em Estados Frágeis](#) - acordo firmado pelos membros do Diálogo Internacional sobre a Consolidação da Paz e a Construção do Estado, que inclui o g7+ (grupo constituído por 19 Estados frágeis) os parceiros do desenvolvimento, sociedade civil e organizações internacionais, também subscrito por Portugal. Este Acordo pretende servir de base às intervenções de apoio à consolidação da Paz e do Estado nos Estados Frágeis, propondo objetivos e compromissos específicos.

Um marco importante de viragem na relação entre os doadores, parceiros do desenvolvimento em geral, e Estados Frágeis foi a **criação do g7+**, o grupo de Estados Frágeis que tem assumido um papel proactivo no âmbito do debate internacional sobre conflito e fragilidade e defendido a necessidade destes países se fazerem ouvir e serem os próprios a liderar o seu processo de desenvolvimento.

Parte deste importante processo foi também a criação em 2008, em Acra, do **Diálogo Internacional sobre a Consolidação da Paz e a Construção do Estado**, que juntou doadores e Estados Frágeis na elaboração de princípios e objetivos de consolidação da Paz e do Estado realistas. Este diálogo culminou com o *New Deal*, que traduz a visão dos Estados frágeis sobre formas e meios através dos quais os seus parceiros de desenvolvimento podem apoiar a consolidação da Paz e do Estados nestes países.

Neste quadro, estabelece-se que as intervenções dos parceiros devem refletir os **5 Objetivos de Consolidação da Paz e do Estado**: (i) apoio a processos políticos inclusivos e resolução de conflitos; (ii) reforço da segurança das populações; (iii) reforço do acesso à justiça; (iv) criação de emprego e oportunidades económicas; e (v) reforço da capacidade de mobilização de recursos internos para permitir ao Estado financiar serviços públicos.

Uma questão a ter em conta...

A modernização do conceito de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e as atividades de P&S

O [Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE](#) tem assumido um papel de liderança nas discussões sobre a modernização do conceito de APD. Neste âmbito, encontram-se em análise **os critérios de elegibilidade como APD das atividades de P&S enquanto parte integrante do esforço financeiro de um país doador**. Esta contabilização é atualmente muito restrita, levando à exclusão da APD da maioria das atividades de P&S devido ao seu caráter militar. Porém, o reconhecimento do *Nexus Paz/Segurança/Desenvolvimento*, bem como a inclusão dos objetivos Paz e Segurança, a par da Justiça e dos Direitos Humanos, nos futuros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tem imposto uma monitorização dos esforços dos **doadores em atividades de P&S em prol do desenvolvimento** consistente com os desenvolvimentos acima.

A ATUAÇÃO DE PORTUGAL EM CONTEXTOS DE FRAGILIDADE, PAZ E SEGURANÇA

- O reforço da ligação entre a segurança e o desenvolvimento tem sido uma prioridade importante para Portugal, tanto ao nível bilateral como multilateral, sendo enquadrado pela [Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento](#) (2009) e pelo [Conceito Estratégico para a Cooperação Portuguesa 2014-2020](#).
- Ao nível estratégico, Portugal aprovou igualmente o [Plano de Ação Nacional para a implementação da Resolução nº 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança](#), o segundo dos quais abrange o período 2014-2018.
- Portugal tem vindo também a defender a importância da P&S como um pilar do desenvolvimento, particularmente nos Estados frágeis. Vários países em situação de fragilidade são parceiros estratégicos da cooperação portuguesa (Guiné-Bissau, Timor, São Tomé e Príncipe, todos membros do G7+). Assim, a cooperação com estes países tem desenvolvido, no plano bilateral, várias ações e projetos de cooperação para o desenvolvimento na área do desenvolvimento de capacidades, apoio institucional nos vários setores, cooperação policial e militar.
- Portugal assinalou a retoma da cooperação institucional com a **Guiné-Bissau** com a assinatura de um Plano de Ação para o período outubro 2014/junho 2015, a que se seguirá um novo Programa Estratégico de Cooperação com um horizonte temporal até 2020, tendo também participado na Conferência de Doadores da Guiné-Bissau, em Bruxelas em março de 2015.
- Portugal participa nas reuniões do Grupo de Apoio ao Orçamento de **Cabo Verde**, liderando o Setor da Segurança a par da UE. No âmbito da Comissão Permanente Portugal - Cabo Verde, o Camões, IP coordena a Subcomissão Segurança e Justiça, de que fazem parte os Ministérios da Justiça, Administração Interna e Defesa.
- A nível internacional, Portugal tem sido um defensor ativo da necessidade de se conferir uma **atenção particular e apoio adequado** aos países em situação de fragilidade e/ou pós-conflito, que se enquadre numa perspetiva abrangente (“*whole-of-government*”), sendo as especificidades do contexto local importantes para a análise das causas da fragilidade e conflito.
- Portugal tem também defendido que esta temática é cada vez mais relevante e deve ter um objetivo próprio no contexto da **nova agenda de desenvolvimento pós-2015** e ter a atenção devida quer no âmbito das Nações Unidas quer de outros *fora* multilaterais.
- No plano multilateral, com vista a uma adequada monitorização, Portugal participa nos exercícios da *Task Team* conjunta INCAF/WPSTAT³ do CAD-OCDE, apoiando os trabalhos de atualização em curso com vista à monitorização dos esforços em prol do desenvolvimento, salvaguardando-se necessariamente a credibilidade do conceito APD.
- Portugal participa ainda nos exercícios de monitorização da implementação dos compromissos assumidos no âmbito do *New Deal* (Guiné-Bissau e Timor-Leste).

³ INCAF Rede Internacional sobre Conflitos e Fragilidade; WP-STAT – Grupo de Trabalho de Estatística do CAD.

FACTOS & DADOS

- 1.5 mil milhões de pessoas vivem em Estados frágeis ou afetados por conflitos. Cerca de 70% dos Estados em situação de fragilidade passaram por um conflito desde 1989.
- No mundo, 36 milhões de pessoas vivem como escravos e ainda existem 300 mil crianças-soldado.
- Existem cerca de 51 milhões de refugiados no mundo, o número mais alto desde a II Guerra Mundial. A maioria dos refugiados, fugindo a situações de guerra e instabilidade, provém atualmente do Afeganistão, Síria, Somália, Sudão e República Democrática do Congo.
- Segundo as Nações Unidas, o tráfico de armas é a terceira maior atividade criminosa do mundo, atrás do narcotráfico e do tráfico humano, sendo o mercado internacional do tráfico de armas estimado em 1.200.000 milhões de dólares por ano.
- Dos 7 países que poderão não concretizar um único ODM até ao final do corrente ano, 6 são Estados Frágeis.
- 30% do total da APD mundial é gasta em contextos de conflito ou de fragilidade. No entanto, tem-se assistido a uma tendência de diminuição da ajuda a estes países. A maior parte dessa ajuda concentra-se em poucos países, com grande interesse estratégico mundial, enquanto os outros continuam a ser “órfãos da ajuda”.

Mais de 1/3 da população mundial que se encontra abaixo do limiar da pobreza extrema (1,25 USD/dia) vive em Estados Frágeis, prevendo-se que até 2018 a maior parte dos pobres viva em Estados Frágeis.

Os conflitos e a guerra afetam de forma desproporcional as mulheres e as crianças, com custos humanos graves.

Investir na prevenção de conflitos seria muito mais eficaz.

Os Estados Frágeis menos desenvolvidos são altamente dependentes da ajuda ao desenvolvimento.

Em alguns destes países esta pode representar uma fatia superior a 55% do PIB, sendo muitas vezes a principal fonte de financiamento do desenvolvimento.

MENSAGENS

Não há paz duradoura sem desenvolvimento, nem desenvolvimento sustentável sem segurança. As reflexões internacionais demonstram um reconhecimento da P&S como elemento crucial ao desenvolvimento sustentável, sobretudo em países em situação de fragilidade, frequentemente afetados por conflitos prolongados com graves consequências para as suas populações.

A contribuição para a paz e a segurança é uma contribuição para o desenvolvimento global. Tendo como pano de fundo o debate sobre os novos objetivos de desenvolvimento sustentável para o pós-2015 (que inclui um novo objetivo sobre Paz e Segurança), revela-se necessário refletir este consenso no sistema de contabilização da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), de forma a refletir o impacto positivo das atividades de P&S no desenvolvimento dos países parceiros.

Portugal defende o reforço da ligação entre a segurança e o desenvolvimento, tanto ao nível bilateral como multilateral, sendo esta prioridade enquadrada pela Estratégia Nacional de Segurança e Desenvolvimento e pelo Conceito Estratégico para a Cooperação Portuguesa. Defende igualmente a importância da P&S como um pilar do desenvolvimento, sobretudo em Estados frágeis, alguns dos quais são parceiros da cooperação portuguesa. No plano internacional, Portugal participa em exercícios de monitorização internacionais das atividades em matéria de P&S em prol do Desenvolvimento, no âmbito do INCAF/WPSTAT e do *New Deal*.

Para saber mais...

[FACEBOOK AED](#)

[WEBSITE AED](#)

<http://www.newdeal4peace.org/>

<http://www.pbsbdialogue.org/>

<http://www.oecd.org/dac/>

<http://www.instituto-camoes.pt/>